

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Hóspedes da Inflação

A jovem Constituição brasileira, por extensão, o sistema de governo vêm sendo duramente expostos ao seu primeiro teste de sobrevivência pelas pressões dos secretários de Fazenda dos Estados. Todos querem gastar mais, à custas da União, passando por cima dos procedimentos legais inscritos na nova carta e esquecendo o galope dramático da inflação.

Eis a realidade em termos simples: às vésperas das eleições municipais, e já apostando nas eleições presidenciais de 1989, os secretários de Fazenda agem em nome de um condomínio de governadores inflacionários. A ordem é deixar de pagar o que for possível, ou repassar as faturas para o Governo Federal. A constituição mudou, os procedimentos legais são outros, mas o país *real* continua dependurado nos procedimentos do passado.

O mais virulento representante dessa fauna política é o secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, que escolheu o ministro da Fazenda como seu alvo, e a obrigação de pagar a dívida externa de seu estado como cavalo de batalha. O populismo vai de vento em popa.

É espantoso que a rebeldia contra uma nova disciplina orçamentária esteja partindo de governadores cujo arco de poder político vai da Bahia ao Rio Grande do Sul, e cujas bases votaram para aprovar uma nova Constituição, por onde o fôro adequado para discutir o problema maior das contas nacionais tornou-se o Congresso. Ao voltarem suas baterias contra o Executivo, os secretários se transformam não só em agentes do passado: são desarticuladores de um sistema de pesos e contrapesos que deve existir em todo Estado democrático, onde o Executivo, o Legislativo e o Judiciário formam um tripé fundamental para o equilíbrio dos poderes. O que querem eles? A volta de um Estado autoritário?

A dívida interna brasileira, a grosso modo, pode ser estimada em cerca de 70 bilhões de dólares. Desses 70 bilhões, só uma parte pode ser atribuída à necessidade de emitir títulos para comprar cambiais geradas pelos exportadores privados. O resto vem mesmo da má administração pública acumulada ao longo de décadas, dos subsídios que agora estão sendo cancelados, das mamatas, dos conchavos pecaminosos de empresas privadas e empresas públicas, dos altos custos da máquina burocrática, de municípios que empregam mais gente do que podem, e assim por diante. Querer

concentrar o fogo na parte da dívida externa é espalhar cortina de fumaça para esconder nossos próprios erros internos, domésticos, do nível federal ao estadual e municipal.

Alguns secretários querem simplesmente emitir mais títulos públicos (obrigações estaduais ou municipais) para rolar sua dívida. Isso significa empurrar ainda mais para cima as taxas de juros e drenar o resto da poupança disponível para financiar os investimentos produtivos de que o país desesperadamente precisa. As obras públicas que vão ficar paradas depois das eleições, os monumentos inúteis como o que o Sr. Quêrcia está fazendo na cidade de São Paulo, e o calote generalizado fazem parte de um quadro onde a irresponsabilidade é a única característica comum.

O presidente José Sarney tem, portanto, toda a razão quando cobra programas e propostas dos partidos políticos, e aponta para o Congresso como o fôro adequado para que os problemas econômicos sejam equacionados. Ou mudamos para um sistema em que as leis novas valem alguma coisa, ou mudamos para nada. Há uma proposta orçamentária no Congresso, e existe uma tentativa de desmonte dos gastos públicos, que os ministros da Fazenda e do Planejamento vêm tentando vigorosamente empurrar. Quem irá sustentar o que de melhor está se fazendo para cortar a inflação pela raiz, que é o excesso de gastos públicos?

Pode-se discordar do presidente Sarney em muitos pontos, mas num ele tocou com propriedade, quando convocou os partidos a agirem com programas, com plataformas. Não há espaço para se dirigir os destinos nacionais apenas olhando para trás, para o que a Constituinte trouxe de bom. Enquanto vivíamos o clima da Constituinte, era possível parar para pensar, para discutir, debater. Com uma inflação de 24% ao mês, é preciso ação, e os partidos políticos e suas representações no Congresso passaram a fazer parte legal e legítima do processo de montagem de uma política econômica capaz de conter a inflação. Se os partidos abdicam desse dever, e se os governos do partido majoritário passam a atuar como gazuas para retirar dinheiro da Caixa da União, o que nos espera é um futuro negro. Não há na história exemplo de país que tenha conseguido resistir a hiperinflações sem medidas dolorosas que podem cortar na carne de liberdades duramente conquistadas. Responsabilidade política deveria ser o nome do jogo agora. E já.